

ECONOMIA, POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO: UM DIÁLOGO NEM SEMPRE LEMBRADO

CLAUDIO GURGEL*

EDUARDO PIAZZI**

AGATHA JUSTEN***

I. Introdução

Ao longo dos dois últimos séculos do desenvolvimento capitalista, crescimento e crises, alternados, têm feito parte da rotina das sociedades de mercado, confirmando as variadas teorias das crises cíclicas, de John Wade a Marx e Kondratiev. Algumas crises são bastante intensas e provocam mudanças nas formas de relacionamento do Estado capitalista com as sociedades. De papel discreto, nos primórdios, até o protagonismo destacado dos dias atuais, o poder político veio, ao longo de dois séculos, transformando-se. Economia e Política contracenam com visibilidade e têm uma relação estreita, reconhecida até pelo observador desatento. Mas, curiosamente, a relação entre as crises do sistema e a Administração; portanto, a relação entre Economia, Política e Administração, parece, ainda, ser um tabu, tanto para os que estudam, como para os que historiam e analisam a evolução do pensamento administrativo.

A formação em Administração tem sido, nesse aspecto, agravada por um crescimento exponencial dos cursos de Administração atingidos por acentuado viés corporativo. *Administração* é hoje a formação com presença marcante no ambiente acadêmico. Seus sinais de expansão, que não vêm de hoje, estão no número de cursos abertos — 3.855 —, no volume de matrículas, na oferta de vagas e número de inscritos, liderando quase todos os indicadores do último Censo da Educação Superior, segundo o MEC/Inep/

* Economista, mestre em Administração Pública, mestre em Ciência Política, doutor em Educação e professor da Universidade Federal Fluminense.

** Formando em Administração pela Universidade Federal Fluminense.

*** Mestre em Administração Pública, pela FGV, mestranda de Políticas Públicas, na UFRJ, e doutoranda em Administração, na Ebape/FGV.

Deed (2010). Mas esse fenômeno, que tem evidentes aspectos positivos, tem também o aspecto negativo de promover uma autoafirmação que não raro induz a prejudiciais *especialismo* e isolamento.

Não nos referimos, apenas, ao isolamento orgânico, que fez com que muitas escolas de Administração e Economia, por exemplo, rompessem seu elo administrativo e fossem constituir duas escolas separadas. Isso ocorreu e ocorre a cada dia. Mas, sem que se saiba o que antecede — se a separação orgânica ou a separação epistemológica — o mais grave é esta última — quando Administração e Economia perdem o diálogo, como campos de conhecimento que se relacionam e se integram. Nesse silêncio, agravando a conjuntura de empobrecimentos teóricos, ambas as formações acabam por desconhecer ou minimizar a Política.

A Administração é, entretanto, uma das poucas formações, efetivamente, universitárias. Sua constituição inclui a ampla gama de conhecimentos que parte do Direito e vai até a Antropologia, passando pela Sociologia, a Matemática, a Estatística, a Psicologia, a Engenharia, a Comunicação e, evidentemente, a Política e a Economia.

Mas, em particular, essa relação com a Política e a Economia tem sido, reiteramos, efetiva e, frequentemente, esquecida.

É desse problema, ou conjunto de problemas, que queremos tratar neste artigo. Primeiro, devemos ilustrar, com algumas passagens e associações, esse diálogo que não tem sido exposto; portanto, não tem sido ouvido por gerações de administradores que se apresentam, a cada ano, à sociedade e ao mercado. Segundo e no mesmo sentido, procuramos evidenciar esse “desapercebimento”, que, do ponto de vista da formação, representa uma limitação a ser corrigida.

Fazemos, inicialmente, uma exposição sobre o tema, tomando, como exemplo, casos emblemáticos, como a emergência do taylorismo e do seu oposto, o *humanismo* administrativo. Em ambos usamos a literatura, sejam os textos de autores das duas correntes, seja a literatura sobre os contextos. Para demonstrar a omissão que, entretanto, ocorre, e que, mesmo diante de evidências históricas, evita o diálogo das esferas de conhecimento; tomamos, como exemplo, a literatura utilizada nos cursos de Administração brasileiros, especificamente os livros de teorias da Administração. Certamente que essa literatura, especialmente a que trata das teorias, é o que se pode chamar de mais revelador do modal epistemológico presente em nossa formação de administrador.

O objetivo, portanto, é realizar duas demonstrações: primeiro, o quanto Economia, Política e Administração constroem-se mutuamente e, segundo, o quanto isso é ignorado na formação do administrador.

Como nenhum esforço científico tem mérito se desprovido de sentido ético, o objetivo efetivo e final deste trabalho é advertir para a necessidade de fazermos um resgate histórico e teórico capaz de prover nossos graduados da capacidade necessária para intervir na realidade. Principalmente, a partir da compreensão de que a realidade é uma expressão multifacetada, na qual se destacam a Economia e a Política — ainda que estejamos falando de Administração Privada.

2. Desenvolvimento/crise do sistema e teorias organizacionais

É possível dizer que o desenvolvimento do capitalismo é em si um processo crítico. Disse Hegel, em sua *Ciência da lógica*, que “a contradição é a raiz de todo movimento e vitalidade” (Hegel, 2011, p. 165). Assim apontou o caminho para que melhor se compreendesse aquele novo modo de produção, que se impunha ao seu tempo. Parecendo ser um exemplo perfeito da dialética hegeliana, para quem as unidades são constituídas de contrários, em movimentos contraditórios permanentes, que são ao mesmo tempo o seu impulso e atividade, mas também sua negação, o desenvolvimento do capitalismo e a crise andam juntos e se alimentam mutuamente.

Em classificação simples, porém, muito precisa, Mello & Spolador (2010) explicam que “a história registrou um grande número de crises financeiras. Algumas foram de pequena monta, outras foram importantes para o país que a sofreu, mas não para os demais países, e, finalmente, as que marcaram a história” (Mello & Spolador, 2010, p. 159).

São evidentemente estas últimas que nos interessam.

Valeria, ainda, dizer que o itinerário do desenvolvimento, ao entrar em crise, segue um ciclo que compreende a crise, a depressão, a reanimação e o ascenso (Ostrovitianov et alli, 1961, p. 226). Ademais, a própria crise é antecedida de notável crescimento da produção e das possibilidades tecnológicas da produção.

Antecedendo a primeira grande e sistematizada formulação teórica da Administração, o taylorismo, tivemos uma clara circunstância desse fenômeno em que consiste o desenvolvimento crítico do capitalismo.

Em 1873, uma grave crise teve início com a quebra da bolsa de valores de Viena, na Áustria. Rapidamente, seus efeitos seguiram para a Inglaterra,

que era o centro do capitalismo mundial à época. Diversos bancos foram à falência na Áustria e na Alemanha. Nessa época, este último país vivia intenso desenvolvimento industrial em virtude, principalmente, da indenização paga pela França em virtude da derrota sofrida na guerra de 1871 (guerra franco-prussiana).

Mas, observem como Coggiola inicia a descrição daquilo que foi a primeira grande crise do sistema, no final do século XIX: “Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções), entre 1851 e 1873, o capitalismo conhecia uma crise de grandes proporções, sua primeira crise contemporânea, que originou uma longa depressão até 1895” (Coggiola, 2009, p. 72).

A Inglaterra, centro do capitalismo mundial e principal potência da época, teve seu avanço industrial interrompido, iniciando-se, então, um longo período de depressão.

Instituindo, no essencial, o padrão descrito, que seria conhecido como *ciclo das crises*, a primeira grande crise do capitalismo foi marcada por quatro fases: expansão/crise, recessão, contração e revitalização. Na fase expansionista, a produção aumentou, o desemprego diminuiu, os salários e lucros cresceram, as instalações ampliaram-se e os empresários tinham atitudes altamente otimistas. O surgimento de sindicatos nacionais de trabalhadores, instrumento destes se organizarem e reivindicarem melhores condições de trabalho e remuneração, fez com que houvesse uma pressão pelo aumento real de seus salários, entre 1860 e 1874. Por esse motivo, os empresários preferiram investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. Se, por um lado, a produção e o lucro mantiveram-se, por outro lado, a massa global de salários pagos declinou. Ou seja, havia menos pessoas com propensão ao consumo no mercado. Já na recessão, as empresas não utilizavam toda sua capacidade produtiva, o que ocasionava o aumento dos custos e a alta das taxas de juros. Os empresários tinham receio de investir em excesso. No período contracionista, os investimentos caíram, os empregados das indústrias de bens de capital foram demitidos, o poder aquisitivo da população diminuiu, os bancos reduziram os empréstimos, os empresários passaram a ter atitude pessimista em relação a seus investimentos. Abrindo o período de revitalização, os preços baixaram demais, estimulando alguns a comprar. Os estoques esgotavam-se rapidamente. A partir de então, os preços subiam, os industriais recuperavam a confiança e retomavam o investimento em instalações e

outros recursos, inclusive a força de trabalho, retomando o que mais tarde Keynes chamaria de ciclo virtuoso.

Vale lembrar que a segunda Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XIX, fez surgir novas fontes de energia (eletricidade e petróleo), uma nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, liga e metais não ferrosos) e indústrias baseadas em novas ciências, como a química orgânica. Esse período marca o advento da Alemanha e dos Estados Unidos como potências industriais, juntando-se à França e à Grã-Bretanha. Graças a esses avanços tecnológicos e ao aumento demográfico dos países desenvolvidos, surgiu o período da produção em massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis. A grande diferença em relação à primeira fase da Revolução Industrial foi a combinação entre ciência e técnica, entre laboratório e fábrica. A ciência era aplicada pela necessidade de se reduzir custos, visando, justamente, à produção em massa.

A de 1873 foi a crise que encontrou a Inglaterra como o epicentro do capitalismo — e, como todo epicentro, os efeitos da depressão aí começariam. O imperialismo que sucedeu à crise, não poderia deixar de surtir efeitos bélicos. A luta por territórios e a produção exacerbada de armamentos culminariam na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em parte, por essa guerra, e, em parte, por outros fatores associados à acumulação de capital e ao desenvolvimento da técnica, foi possível a ascensão de uma nova potência que seria o centro econômico do mundo, os Estados Unidos da América do Norte.

O ambiente que se constrói a partir das novas condições em que se inaugura o século XX, e se desenvolvem as duas primeiras décadas, constitui-se de quatro características destacadas: *a)* revitalização econômica; *b)* projeções internacionais dos Estados Unidos; *c)* formação do mercado de massa; *d)* valorização da ciência e da técnica.

É, exatamente, nesse ambiente que se configuram e se sistematizam as primeiras formulações teóricas, partidas da íntima relação entre estudo e trabalho, sob o rigor cartesiano que inspirava a dominação do pensamento positivista.

Taylor e Ford são típicos produtos dessas circunstâncias.

Na introdução do seu clássico *Princípios da administração científica*, Taylor revela toda sintonia com o contexto e seu compromisso com o diálogo Economia-Política-Administração:

Palavras do presidente Theodore Roosevelt sobre a eficiência nacional: o presidente Roosevelt, dirigindo-se aos governadores na Casa Branca, observou profeticamente que “a conservação de nossos recursos naturais é apenas fase preliminar do problema mais amplo da eficiência nacional”. Todos reconheceram logo a importância de conservar nossas riquezas materiais [. . .]. Até agora, entretanto, temos apreciado, vagamente apenas, “o problema mais amplo” de aumentar a eficiência nacional (Taylor, 1980, p. 23).

Eis a sua motivação para escrever um livro, absolutamente, objetivo e franco. Ali, nos *Princípios*, não encontramos, exclusivamente, lições técnicas; mas, curiosamente, predominam passagens reveladoras do senso político de Taylor. É possível dizer que ele trabalha com dedicação no sentido de contestar a ideia da luta de classes, seja da luta de classes econômica, seja a luta de classes política. Talvez, por isso mesmo, quando questionado no Congresso americano, em 1913, sobre o seu método, ele enfatizaria que o seu método (os “mecanismos”) não funciona sem que funcione sua filosofia (Ramos, 1949, p. 65).

Em outras palavras, o autor que diria ao final do seu mais famoso livro: “se os elementos deste mecanismo, tais como estudo do tempo, chefia funcional, etc. são usados sem a observação da verdadeira filosofia da administração, os resultados [. . .] são desastrosos” (Taylor, 1980, p. 119).

Sua “filosofia” consiste, essencialmente, de seguidos chamamentos à harmonia social, principalmente no interior das empresas, apesar de afirmar com todas as letras, em *Administración de talleres*, que “os operários devem ter em conta que toda oficina existe [. . .] com o propósito de beneficiar os seus patrões”¹ (Taylor, 1945, p. 146).

Sua filosofia é, portanto, a contraposição ao princípio da luta de classes. Referindo-se aos sindicalistas, “líderes trabalhistas, bem como pessoas com sentimentos filantrópicos”, ele diz que “a maioria desses homens crê que os interesses dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos”. Mas, para ele, não é assim. “A administração científica tem, por seu fundamento, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um, único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir [. . .] se não for acompanhada da prosperidade do empregado” (Taylor, 1980, p. 30).

¹ Tradução livre dos autores.

Em páginas adiante, ele retoma o tema, comparando o trabalho com o basquetebol e o críquete, para elogiar o esforço em equipe, e reafirma que seu livro destina-se a demonstrar como a produção crescerá, uma vez afastado “este hábito de fazer cera em todas as suas formas e encaminhando a relação entre empregados e patrões” (Ibidem, p. 32).

Na defesa de seu método, acusado de desempregador e empobrecedor, ele desenvolve um raciocínio macroeconômico, dizendo que a história da evolução dos negócios demonstra que todo aperfeiçoamento, quer pela invenção de nova máquina, quer pela introdução de novo método, resulta no aumento da capacidade produtiva do homem no trabalho e na baixa do preço de custo que, em lugar de levarem os trabalhadores ao desemprego, tornam possível, pelo contrário, o emprego de maior número de homens. O barateamento de artigos de uso comum, quase imediatamente, é seguido de sua maior procura (Taylor, 1980, p. 35).

Sua integração com os projetos de potência norte-americanos faz-se presente nos argumentos em favor do seu método: “a eliminação da cera e das várias causas do trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais” (Ibidem, p. 33).

Vê-se bem que uma das mais famosas obras das teorias organizacionais, em grande medida de suas páginas, está voltada para debater os problemas econômicos e políticos de sua época, com absoluta consciência de que o sentido da intervenção administrativa é impelir a Economia e que, para isso, é preciso enfrentar os desafios políticos — dentre eles, a luta de classes.

3.A Grande Depressão, humanismo e burocracia

A crise mais devastadora de todas foi a iniciada em 1929, conhecida como “a grande depressão”. Não há consenso sobre as causas de tal crise. Muitos teóricos de diferentes escolas econômicas tentam explicá-la, mas nenhuma dessas explicações foi ainda totalmente aceita. O que se sabe de fato é que, apesar de o dia 24 de outubro de 1929 ser considerado o início da Grande Depressão — quando os preços de ações na bolsa de valores de Nova York caíram drasticamente — a produção industrial americana já havia começado a cair, a partir de julho do mesmo ano, o que causou um período de leve queda da atividade econômica geral. Eric Hobsbawm (2010) descreve a situação mais difícil já atravessada pelo capitalismo até os dias atuais:

Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (a menos que pudessem voltar para uma família camponesa no interior), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da Depressão (1932-1933), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. [. . .] Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar (Hobsbawm, 1995, p. 97).

Esse quadro alarmante tornou frágil e, de certo modo, insustentável todas as grandes crenças teóricas e ideológicas nos planos econômico, político e administrativo.

No plano econômico, as concepções clássicas da “mão invisível” de Smith e a formulação, aparentemente, inabalável de Say de que “a oferta cria a sua própria procura”, chaves da teoria da autorregulação do mercado, foram profundamente abaladas. Acabaram por ceder a ideias achadas em neoclássicos, marxistas e social-democratas, tais como Keynes, Kałecky e Myrdal, para quem o mercado tem limitações, em especial em circunstâncias de crise econômica, quando os agentes privados perdem a racionalidade, envolvidos pelo pânico.

No plano político, o Estado, até então limitado à condição de gendarme, instrumento repressor, cujo zelo pelo sistema cingia-se a defender a propriedade privada e a constranger os trabalhadores em suas reivindicações, passa por significativa mudança. Sua esfera de atuação invade o terreno da regulação, do monitoramento das propensões a poupar e a consumir, via bancos centrais que se multiplicam pelo mundo, e, simultaneamente, vai atuar como intermediário entre os interesses de patrões e empregados. É o advento do Estado e de governantes que, no específico do Brasil, operam como Vargas nos idos de 1930 e parte de 1940, cujo desempenho mereceu o comentário de que ele era, ao mesmo tempo, o pai dos pobres e a mãe dos ricos.

No plano administrativo, respondendo a novas demandas e adequando-se às novas determinações econômicas e políticas, de cunho, evidente-

mente, populista, surge o que se pode chamar de *humanismo administrativo*, influenciado pelos trabalhos de Mary Parker-Follet (1997), a pesquisa de Hawthorne, o seu relatório, elaborado por Elton Mayo (1953) e o livro de Chester Barnard, as *Funções do executivo* (1971).

Follet defenderá a sua tese das ordens despersonalizadas, que seriam mais *ordens ditadas pela situação* do que pela vontade pessoal dos chefes, afirmará também sua ideia de conflito construtivo, imprimindo uma leitura positiva das contradições entre pessoas; Mayo enfatizará o ambiente social de trabalho como fator de produtividade; e Barnard, contribuirá com várias abordagens diferenciadas e cooperativas, destacando-se sua inversão do conceito de autoridade, quando vai considerar que a autoridade revela-se em quem recebe a ordem e não em quem a emite: “a decisão sobre ter ou não essa ordem alguma autoridade recai sobre as pessoas a quem ela é endereçada, e não reside em «pessoas de autoridade» ou naqueles que emitem essas ordens” (Barnard, 1971, p. 169). Todos contribuía com uma visão adequada ao discurso populista e de colaboração entre as classes, que pretendia antepor-se, no clima de crise aguda, à solução apresentada pelos partidos comunistas, em franca ascensão em todo o mundo.

Compreendido como um espaço de vida social, o local de trabalho, onde se travava complicada disputa política e ideológica, também se submetia à necessidade de mudanças que dessem aos trabalhadores a importância que as teorias clássicas somente de leve e secundariamente consideravam existir — quando consideravam.

A crise econômica e política ganha contornos transformadores com a presença da forte agitação social promovida por sindicatos e organizações partidárias, cujas ações e propaganda eram respaldadas em todos os sentidos por uma União Soviética bem-sucedida, que em paralelo exibia resultados econômicos extraordinariamente positivos (Ellman, 1980, p. 135).

O *espectro do comunismo*, para usar a expressão do próprio Marx, rondava o mundo em crise e impelia as lideranças políticas e empresariais à mudança.

As empresas adotam regras humanistas e cooperativas e o Estado assume responsabilidades (antes inexistentes) com os negócios, com as relações de trabalho e com os problemas sociais.

É nesse crescimento do aparelho do Estado que, igualmente, se expande a organização burocrática. Não se trata de um fenômeno norte-americano, mas mundial, alcançando, inclusive, países de condições econômicas

ainda incipientes. Na mesma época, instalam-se, nos EUA e no Brasil, órgãos como o Comitê Roosevelt e o Dasp cujos objetivos primordiais foram burocratizar, instituir normas e regulamentos, fixar regras e adotar procedimentos que tornassem a administração pública legal e impessoal.

É, portanto, na esteira da Grande Depressão e do modelo keynesiano-fordista que se segue, que pontificam o *humanismo* administrativo e a burocratização do Estado e, por extensão, da sociedade.

4. Contexto do pós-guerra e movimento neoclássico

Passado este momento, vinda a Segunda Grande Guerra, aprofunda-se a relação entre patrões e empregados, marcada pelas *relações humanas*, sob a assistência paternal do Estado, agora burocratizado para melhor responder às novas responsabilidades. Nos EUA, agora centro irradiador do capitalismo e líder dos aliados na luta antifascista/nazista, sindicalistas, empresários e governantes estão, igualmente, aliados.

Mas, a seguir, finda a guerra, sob a pressão das demandas interna e externa, é preciso voltar à produtividade. O ambiente criado pelo acordo de Bretton Woods, em que o padrão-ouro é flexibilizado em favor de um padrão-dólar emergente, e pelo Plano Marshall, que transforma a Europa, em reconstrução, no grande mercado consumidor. A combinação das duas iniciativas torna os EUA fornecedor geral e em escala do mundo pós-guerra.

Comentando Bretton Wood e a sua repercussão sobre as finanças internacionais, Harvey observa que:

O Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo, em troca de uma abertura de mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações (Harvey, 1994, p. 131).

Vale dizer que Bretton Woods gerou também o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Bird, e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Hobsbawm, “as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial («Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvi-

mento») e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se *de facto* subordinadas à política americana” (Hobsbawm, 1995, p. 261).

Em *The Marshall Plan*, observa Michael Hogan que “the goal, as expressed in the Foreign Assistance Act, was a recovery program that encouraged the unification of European economies, promoted peace and productivity and served the needs of private trade and investment” (Hogan, 1987, p. 93). Isto é, a Lei de Assistência Estrangeira, como se chamou oficialmente o Plano Marshall, teve papéis importantes na geopolítica norte-americana para a Europa, mas também incentivou a produtividade e serviu aos interesses do comércio e dos investimentos privados, leia-se, principalmente, dos EUA.

Esse contexto econômico é acompanhado de dois outros acontecimentos de ordem política: a emergência da Guerra Fria, clima de tensão aberto com as disputas geopolíticas da URSS e EUA, e sua repercussão na vida interna da sociedade americana, o *macartismo*, período de intensa perseguição política a tudo que parecesse soviético, marxista, socialista, comunista ou algo semelhante. A Comissão do congresso americano presidida pelo senador Joseph McCarthy leva inúmeros cidadãos à prisão, de operários a intelectuais, e à morte (os Rosebergs), sob a acusação de espionagem ou serviço de alguma natureza em favor da URSS.

Este ambiente também concorre a favor da intimidação dos sindicatos, que, diferentemente do período pós- crise e da própria guerra, recuam de sua típica luta de classe econômica e facilitam o recrudescimento dos modelos de gestão clássicos.

Um traço do sistema produtivo taylorista, a pressão por cumprimento de metas, reaparece sob um conjunto de outras referências da Administração Clássica, dando origem ao que ficou conhecido por movimento neoclássico da Administração.² O Movimento Neoclássico produziria uma teoria, especialmente desenvolvida por Peter Drucker, a Teoria da Administração por Objetivos (APO), certamente, a marca mais destacada do Movimento.

A obsessão da APO pela fixação de metas é o que leva Rebouças a dizer que “a Teoria da Administração por Objetivos surgiu em um contexto

² Sobre o movimento neoclássico, ver o texto “Movimento neoclássico na administração: um exemplo histórico”, de Gurgel & Cunha, na *Revista Internacional Passagens de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 4, n.º 1, jan.-abr. 2012 <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/sumarios.php>>.

organizacional [de] forte pressão recebida pelos profissionais das organizações para apresentarem resultados efetivos” (Rebouças, 2008, p. 279).

5. Um diálogo esquecido ou desconhecido?

Poderíamos desfiar passo a passo a história das teorias organizacionais e encontraríamos a presença de fatores econômicos e políticos na composição que tem feito surgir diferentes concepções de conduzir os negócios públicos e privados.

Em breves retrospectos, pudemos ver que a história das teorias da Administração faz-se em diálogo com a Economia e a Política.

Mas, como veremos a seguir, esse tem sido um diálogo nem sempre lembrado. Apesar de todas as evidências que se apresentam, em particular no caso da crise dos anos 1930, um episódio da história moderna muito conhecido e lembrado, insiste-se em ignorar este diálogo.

Nenhum cidadão, menos ainda alguém que lida com a produção do conhecimento no âmbito das Ciências Sociais, pode desconhecer o *Crash* de 1929 ou a Crise dos Anos 1930, como prefira. Não seria pedir muito que trabalhassem a hipótese de que a crise que abalou os fundamentos clássicos da Economia e da Política tivesse alguma repercussão sobre outros campos do saber — notadamente os pertencentes, também, às Ciências Sociais, como é o caso da Administração.

Ainda assim, de modo surpreendente, a maior parte da literatura que forma nossos estudantes, nos cursos de Administração, privados e públicos, não faz a menor referência a essa associação óbvia entre as mudanças conceituais e comportamentais do humanismo administrativo e o contexto de crise.

Para verificar essa omissão, notada de modo corrente, mas não observada de modo metódico, examinamos as obras mais usualmente presentes nos cursos de Administração no Rio de Janeiro. O ano tomado para a realização desta observação e análise foi o ano de 2010, considerando-se, obviamente, as obras publicadas em anos anteriores.

O exame centrou-se na relação, como dissemos antes, mais evidente, que é aquela entre a crise dos anos 1930 e a Escola das Relações Humanas. De certo modo, comprovando tratar-se de uma associação notável, nove obras consultadas afirmam a influência daquela crise sobre a consolidação da ERH. Não nos detivemos em investigar a ligação de outras circunstâncias econômicas e políticas, como o já referido pós-guerra e o movimento

neoclássico, por se tratar de uma leitura contextual mais exigente. O teste consistiu, portanto, em examinar a presença de uma associação entre Economia, Política e Administração no contexto de um evento histórico por demais conhecido.

Ainda assim, trabalhando com 33 livros encontrados nas principais bibliotecas dos principais cursos de Administração no Brasil, pudemos observar que a maioria das obras pesquisadas não aponta para nenhum contexto de crise no advento do humanismo administrativo.

O quadro abaixo expõe as obras pesquisadas, várias delas bastante conhecidas das salas de aula, de professores e estudantes. Dividimos o conjunto das obras em dois Grupos, a saber:

Grupo 1. Livros que não fazem a relação entre as crises do capitalismo e as mudanças ocorridas no campo da Administração

Título do livro	Autor(es)
1. <i>Introdução à teoria geral da administração</i>	Idalberto Chiavenato
2. <i>Administração: princípios e tendências</i>	Francisco Lacombe & Gilberto Heilborn
3. <i>Teoria geral da administração: uma abordagem prática</i>	Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira
4. <i>Administração: construindo vantagem competitiva</i>	Thomas S. Bateman & Scott A. Snell
5. <i>Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras</i>	Luis César G. de Araujo
6. <i>Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital</i>	Antonio Cesar Amaru Maximiano
7. <i>Administração em módulos interativos</i>	John R. Schermerhon
8. <i>Administração nos novos tempos</i>	Idalberto Chiavenato
9. <i>Administração contemporânea</i>	Gareth R. Jones & Jennifer M. George
10. <i>Administração</i>	James A. F. Stoner & R. Edward Freeman
11. <i>Teorias da administração</i>	Reinaldo Oliveira da Silva
12. <i>Administração contemporânea: perspectivas estratégicas</i>	Marcelo Milano Falcão Vieira & Lúcia Maria Barbosa de Oliveira
13. <i>Administração: conceitos e aplicações</i>	Leon C. Megginson; Donald C. Mosley & Paul H. Pietri Jr.
14. <i>Introdução à administração de empresas</i>	Gilmar Masiero
15. <i>Administração</i>	Patrick J. Montana & Bruce H. Charnov
16. <i>Administração e os novos paradigmas</i>	Ediberto Tadeu Pedroso
17. <i>Introdução ao estudo da administração</i>	Kil Hyang Park; Daniel Funcia de Bonis & Marcelo Reschini Abud
18. <i>Administração: teorias e aplicações</i>	José Carlos Faria
19. <i>Teoria geral da administração de empresas</i>	Vicente Lentini Plantullo
20. <i>Teoria geral da administração: noções básicas</i>	Adir Jaime de Oliveira Muniz & Herminio Augusto Faria
21. <i>Teorias da administração: clássicas e modernas</i>	Manuel Meireles & Marisa Regina Paixão
22. <i>Teoria geral da administração: orientação para escolha de um caminho profissional</i>	Luis César G. de Araujo & Adriana Amadeu Garcia
23. <i>Administração: teorias e processo</i>	Geraldo R. Caravantes; Cláudia C. Panno & Mônica C. Kloeckner
24. <i>Introdução à administração</i>	Antonio Cesar Amaru Maximiano

Fonte: dados e elaboração dos autores, 2010.

Em quadro seguinte, os autores relacionam as obras em que se constata a referência entre o contexto político-econômico e o surgimento do pensamento humanista na Administração.

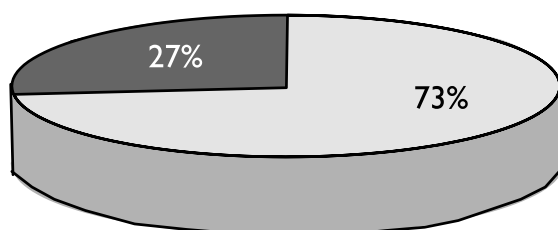
Grupo 2. Livros que relacionam as crises do capitalismo às mudanças ocorridas no campo da Administração

Título do livro	Teoria e crise relacionadas	Autor(es)
1. <i>Administração: mudanças e perspectivas</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Stephen Paul Robbins
2. <i>Teoria geral da administração: gerenciando organizações</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Cyro Bernardes & Reynaldo Cavalheiro Marcondes
3. <i>Teoria geral da administração</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Fernando Cláudio Prestes Motta & Isabella Francisca Gouveia de Vasconcelos
4. <i>Administração: teoria e prática no contexto brasileiro</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Filipe Sobral & Alketa Peci
5. <i>Teoria geral da administração: uma síntese</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Eunice Lacava Kwasnicka
6. <i>Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias – evolução e tendências da moderna administração de empresas</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Ademir Antonio Ferreira; Ana Carla Fonseca Reis & Maria Isabel Pereira
7. <i>Teorias da administração: curso compacto: manual prático para estudantes e gerentes profissionais</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	João Pinheiro de Barros Neto
8. <i>Modelos de gestão</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Victor Cláudio Paradela Ferreira; Antonio Semeraro Rito Cardoso; Carlos José Corrêa & Célio Francisco França
9. <i>Teoria geral da administração</i>	Teoria das relações humanas / Crise de 1929	Rui Otávio Bernardes de Andrade & Nério Amboni

Fonte: dados e elaboração dos autores, 2010.

No gráfico abaixo, visualiza-se a (des)proporção entre os que não fazem referência alguma à relação entre os fenômenos econômico, político e administrativo e aqueles autores que o fazem.

Gráfico 1. Proporções dos autores nos dois grupos referidos, 2010



Grupo 1: Azul – Obras sem a contextualização da Crise
Grupo 2: Vinho – Obras com contextualização

De 33 livros consultados, 73%, quase três quartos do total, não realizam a esperada associação entre os acontecimentos econômicos, políticos e administrativos que fizeram os anos 1930. O que isso revela? Revela desconhecimento, esquecimento ou uma leitura metafísica que isola o fenômeno administrativo? O que motiva isso? O que significa isto, na formação do administrador?

6. Considerações finais

A relação entre Economia, Política e Administração está, evidentemente, exposta nas experiências históricas que podemos observar. Seja a experiência de expansão econômica, como a verificada no início do século XX e a que se deu no pós-Guerra, em 1950, seja nas situações críticas como a célebre crise dos anos 1930.

Mas, nesse último caso, a celebridade da crise não foi suficiente para que um grande número de autores, ao escrever sobre as teorias da Administração, fizesse referência à associação ou, pelo menos, à coincidência entre os fatos que marcaram aquela década, envolvendo as três áreas de conhecimento.

Algumas explicações para esse fenômeno podem ser sugeridas, das quais destacamos quatro delas, cuja efetividade se pode dar isoladamente ou em conjunto:

1. a dificuldade de entender a área de administração como subárea das ciências sociais aplicadas e compreender o que vem a significar essa condição;
2. reprodução teórica, sem a necessária pesquisa nas fontes científicas e históricas, má formação teórica;
3. o corporativismo;
4. predominância metodológica da fenomenologia como método de análise nas pesquisas em Administração.

Na primeira hipótese, temos uma situação de fato encontrada nas academias, nas organizações em geral e, em particular, nos centros corporativos, como as entidades de classe. A *Administração* é vista como uma técnica ou um conjunto de técnicas, no máximo assimiladas da Engenharia e da Psicologia — neste caso para melhor lidar com a gestão de pessoas. A compreensão de que aspectos culturais, econômicos, políticos e de outras esferas de conhecimento entrelaçam-se no ambiente do aprendizado e do exercício da Administração não se faz muito presente, nem sequer na academia.

A condição de subárea das Ciências Sociais é tratada, por alguns, como mera classificação operacional, sem significados epistemológicos.

A **reprodução teórica** é uma prática comprovada nas repetidas passagens que se encontram em variados livros, cujas referências são as mesmas de livros antigos. Não se trata de desmerecer obras antigas, mas de destacar o reprodutivismo das novas obras. Pesquisas de aprofundamento, outras leituras, leituras ampliadas ou transdisciplinares são raras, dando-se um processo de reiteração literária, que igualmente repete erros e acertos. Dentre eles, o erro de não realizar a contextualização necessária para bem compreender a função das teorias, a cada momento histórico ou fazer esta contextualização recorrendo a subjetividades em vez de observar os fatos objetivos, os acontecimentos do mundo real.

A **má formação teórica**, muitas vezes, está na base do problema em questão. Falta habilitação aos autores para fazerem incursões teóricas em outros campos do conhecimento. O conhecimento raso de Economia e Política, por exemplo, certamente dificulta o estabelecimento de relações entre estes campos do saber e a Administração.

O **corporativismo** produz dificuldades, também, no plano do conhecimento. As reservas de domínio, que inspiram enormes resistências ao acesso de profissionais de outras áreas, ainda que cientistas sociais, aos concursos para a docência, acabam por empobrecer o ambiente acadêmico da Administração. Isto também concorre para a má formação teórica, uma vez que conhecimentos como Sociologia, Economia, Filosofia, Psicologia, Antropologia e similares são ensinados por administradores, cuja preparação para ministrar essas disciplinas é, provavelmente, inferior à preparação dos especialistas naquelas subáreas. Isso se agrava com mais um viés corporativo, neste caso alcançando não só a formação em Administração, que tem levado os cursos/departamentos a se tornarem substantivos na oferta de disciplinas, em vez de demandarem os departamentos especializados da Universidade, em sistema de rede ou estrutura matricial, como inicialmente pensado.

Finalmente, a inclinação para a análise fenomenológica, ou de uma certa fenomenologia, provavelmente também induz a leituras metafísicas, em que a relação entre os elementos do todo é desprezada, em favor da suposição de que é possível colocar os fenômenos entre parênteses.

De modo geral, seja por esta ou aquela razão, o reducionismo de qualquer tipo que tem inspirado a ausência da economia e da política do

cenário das teorias da Administração tem consequências práticas na formação do administrador.

Fixação de metas, precificação, estratégias de negócios, construção de cenários e até a gestão de custos, entre várias outras preocupações da Administração, certamente não serão bem enfrentadas sem o reconhecimento desse diálogo nem sempre lembrado.

Certamente, um gestor de empresa que se forma abstraindo a presença da economia e da política nos atos e fatos da empresa se destitui, gravemente, de sua mais necessária capacidade: a leitura estratégica do ambiente.

Referências

- BARNARD, Chester. *As funções do executivo*. São Paulo: Atlas, 1971.
- COGGIOLLA, Osvaldo. As crises econômicas e a teoria marxista. *Revista de Economia Mackenzie*, vol. 7, n.º 3, 2009.
- ELLMAN, Michael. *Planejamento socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GURGEL, Claudio & CUNHA, Robson. Movimento neoclássico na administração: um exemplo histórico. *Revista Internacional Passagens de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 4, n.º 1, jan.-abr. 2012. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/sumarios.php>>.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 131.
- HEGEL, Georg W. F. *Ciência da Lógica*. São Paulo: Barcarolla, 2011.
- HOGAN, Michael. *The Marshall Plan*. Nova York: Cambridge University Press, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MAYO, G. Elton. *The human problem of an industrial civilization*. Nova York: The Macmillan Co., 1953.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo da Educação Superior*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2010.
- OSTROVITIANOV, K. V. et alli. *Manual de economia política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- PARKER-FOLLET, Mary. *Profeta do gerenciamento*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- PIAZI, Eduardo. *As crises do capitalismo e suas consequências no campo da administração*. Monografia de conclusão de curso em administração. Niterói: UFF, 2011.

RAMOS, Guerreiro. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho – ensaio de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Dasp/Imprensa Nacional, 1950.

REBOUÇAS, Djalma. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Atlas, 2008.

SPOLADOR, Humberto & MELLO, Pedro. *Crises financeiras – uma história de quebras, pânico e especulação do mercado*. São Paulo: Editora Saint Paul, 2010.

TAYLOR, Frederic. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1980.

—. *Administración de talleres*. Buenos Aires: Editorial Argentina de Finanzas y Administración, 1945.

Resumo

Este artigo retoma, indiretamente, o debate sobre a formação do administrador, trazendo à discussão a reiterada omissão sobre a associação entre os acontecimentos econômicos, políticos e administrativos. Fazendo breves resgates históricos, o artigo demonstra como as teorias da Administração colocam-se no contexto de fortes mudanças econômicas e políticas. Mas também demonstra como a literatura corrente tem ignorado esta associação entre as áreas de conhecimento. Finalmente, busca a explicação para este fenômeno na literatura administrativa e aponta para as consequências negativas que recaem sobre os administradores formados nessas circunstâncias.

Palavras-chave: Formação em Administração. Economia. Política. Crises.

Abstract

This article incorporates indirectly the debate on the formation of the administrator, to discuss bringing the repeated failure of the association between economic, political and administrative events. Making brief historical redemptions, the paper demonstrates how the theories of management arise in the context of strong economic and political changes. But it also demonstrates how the current literature has ignored this association between areas of knowledge. Finally, seeking an explanation for this phenomenon in the administrative literature and points to the negative consequences relating to managers trained in these circumstances.

Key words: Education in Business. Economy. Politics. Crisis.